

BOLETIM NACIONAL DO PT

ÓRGÃO OFICIAL DA COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO 1 — Nº 2 — Maio 81

O PT VAI CHEGAR LÁ

Panorama das filiações e Calendário da Convenção, pgs. 2 e 3

LULA: METE FICHA E PAU NA MÁQUINA



FOTO: MILTON SOARES

Os trabalhadores brasileiros vêm sendo explorados economicamente há muitos e muitos anos. Isso acontece porque o Governo sempre protegeu os patrões e tentou impedir os trabalhadores de participar das decisões políticas capazes de alterar essa situação.

Com o regime implantado em 64, a coisa piorou muito: o Governo acabou com os sindicatos e partidos, perseguiu, prendeu e exilou trabalhadores, seus líderes, seus dirigentes e seus representantes. Os trabalhadores ficaram sem a possibilidade de lutar nem pelas mínimas condições de vida, enquanto os patrões se enchiam de lucro e o Governo fazia propaganda do "milagre brasileiro".

Mas a exploração foi tão grande que o povo não agüentou, e começou a protestar. Primeiro, timidamente; depois, cada vez com mais firmeza. Por volta de 73, 74 e 75, recomeçam a surgir os protestos populares, as reuniões, os atos públicos, as passeatas, as derrotas eleitorais do Governo. Em 78, são os operários que, depois de muitos anos de opressão, recomeçam a fazer greves, porque já não agüentavam mais o arrocho salarial e o custo de vida.

Essas lutas populares conseguiram algumas vitórias: o fim do AI-5, o fim da censura prévia à Imprensa, a anistia e o fim do bi-partidarismo.

Mas os trabalhadores logo perceberam que suas vitórias eram apenas parciais. Também perceberam que, se conseguiam uma pequena melhora de salário, ela era logo eliminada pela alta do custo de vida, pela inflação, pela ganância dos patrões, pela

política econômica do Governo, pela repressão do regime. E sentiram que precisavam de um instrumento mais poderoso que o sindicato, de uma ação mais profunda que as assembleias e as greves por aumento de salários: perceberam que precisavam entrar na política para ter vez e voz, para poder desempenhar na política o mesmo papel fundamental que desempenham na economia: o de principais produtores.

Foi dessas lutas populares e dessa consciência da necessidade de intervir nas decisões políticas que os trabalhadores fizeram brotar a idéia de ter o seu próprio partido político.

A idéia do PT foi imediatamente bem recebida onde houvesse um trabalhador, onde houvesse uma família com fome, sem possibilidade de mandar os filhos à escola, sem possibilidade de comprar roupas e remédios para os filhos. Logo começaram a surgir, em todos os cantos do País, os debates entre companheiros, as reuniões, os Núcleos de Base, as comissões.

A proposta começou a se transformar em realidade, com muito esforço e com muito trabalho, porque, para o trabalhador, nada se consegue sem esforço e trabalho.

E, desde aqueles primeiros passos, já conseguimos superar imensas dificuldades e realizar muitas coisas que, há alguns anos atrás, ninguém diria que o trabalhador seria capaz de realizar. Já conseguimos reunir estadualmente e nacionalmente representantes

dos núcleos de base e das comissões espalhadas por todo o Brasil. Já conseguimos formular, debater e aprovar vários documentos políticos e, entre eles, os mais importantes para a formação do Partido dos Trabalhadores — o Manifesto de Fundação, o Programa e o Estatuto. Já conseguimos eleger comissões provisórias distritais, municipais e regionais (estas, em 22 Estados, no Distrito Federal e no Território de Rondônia). Já conseguimos constituir a Comissão Nacional Provisória e obter o registro provisório do PT.

Agora, estamos às vésperas de conseguir o registro definitivo do PT no TSE para, de acordo com a lei partidária, concorrer às eleições de 82 e entrar em funcionamento definitivo, a fim de podermos dar inteiro cumprimento ao nosso programa, que é o de organizar os trabalhadores para participar da política e transformar a situação que aí está.

Mas, para conseguir esse registro definitivo é necessário, com determinação e sem vacilações, dar os passos já aprovados pela Direção Nacional:

1. **filiar o maior número possível de membros no PT**
2. **realizar as convenções municipais, regionais e nacional nas datas previstas**
3. **eleger os respectivos diretórios**

Se esses passos não forem seguidos, o nosso programa jamais será cumprido, pura e simplesmente porque não vai existir um Partido dos Trabalhadores.

Sabemos perfeitamente que ainda há muitos pontos políticos que precisam ser melhor discutidos e transfor-

mados em plataformas e reivindicações específicas. Também sabemos que, sendo o PT um partido com democracia interna, pode haver divergência de opiniões a respeito de alguns desses pontos. Mas há uma coisa que é comum a todos nós: a necessidade de ter o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, até para ter onde e como debater esses pontos de divergências e aprovar uma linha de ação comum.

Se não houver o Partido, não há como os trabalhadores discutirem o que é melhor politicamente. E, para existir definitivamente o Partido, o que importa fazer, agora, é seguir aqueles passos aprovados pela Direção Nacional: **filiar, fazer as convenções, eleger os diretórios**. Tentar desviar o PT, agora, da tarefa de obter o registro definitivo é, consciente ou inconscientemente, impedir os trabalhadores de terem o seu próprio partido político e, assim, fazer, voluntária ou involuntariamente, o jogo dos patrões, do Governo e do regime, que não querem ver os trabalhadores participarem organizadamente da vida política do País.

Ainda temos muitas dificuldades pela frente. Mas os trabalhadores nunca tiveram medo de dificuldades: a sua vida, a sua luta diária, é vencer dificuldades. No momento, o que é preciso todos já sabem: é fazer todo mundo entrar no PT, é fazer as filiações, é preparar as convenções e a eleição dos diretórios. Então, companheiros, pau na máquina e mete ficha, que chegou a vez e a voz dos trabalhadores.

Luiz Inácio da Silva

O PT Vai Chegar Lá

Doze Estados, pelo menos — 3 a mais que o mínimo — já estarão prontos em junho

O Partido dos Trabalhadores está caminhando velozmente para o seu registro definitivo. Se as Convenções Municipais — previstas para 21 de junho — fossem realizadas hoje, em quatro Estados o PT já teria filiados em número suficiente para legalizar-se: Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Piauí.

Até junho, mais 8 Estados estarão em condições de cumprir todas as exigências do Tribunal Superior Eleitoral: Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Portanto, em 12 estados, ao todo, o Partido dos Trabalhadores terá preenchido os requisitos do TSE, superando em três o número de Estados onde um partido deve organizar-se para obter o registro definitivo.

Além disso, até 16 de agosto — quando serão feitas as Convenções Regionais — mais 5 Estados estarão se esforçando para regularizar sua situação, dentro do prazo para a realização de Convenções Municipais Extraordinárias. São eles: Ceará, Pará, Paraná, Alagoas, e Paraíba.

Isso significa que o Partido dos Trabalhadores poderá chegar a sua Convenção Nacional, dia 6 de setembro, com pelo menos 17 Estados organizados.

Até essa data, os compa-

nheiros de Pernambuco, Bahia, R. Grande do Norte e Sergipe comprometeram-se a empenhar o máximo de seus esforços na tentativa de legalizar o PT em seus Estados. Apenas no Mato Grosso essa possibilidade é por enquanto difícil.

Alguns Estados surpreenderam bastante os que não acreditavam na viabilização do PT. O Acre, por exemplo, onde seria necessário organizar apenas 3 diretórios municipais, já tem número suficiente de filiados superior ao exigido em Rio Branco, Xapuri, Senador Guiomar, Brasília e Vila Plácido. No Amazonas, um Estado difícil devi-

do às condições geográficas, já estão prontas as filiações em 4 Municípios, o PT já tem comissões provisórias em 14 Municípios e amplas condições de superar o mínimo exigido, que é de 9 diretórios municipais.

BALANÇO

No dia 7 de maio, a Secretaria de Organização divulgou às Comissões Diretoras Regionais Provisórias um balanço sobre a organização do Partido em todos os Estados.

Foram fornecidos detalhes sobre o número de diretórios necessários em cada um deles

e sobre o trabalho que os militantes vêm desenvolvendo, com muito esforço e dedicação.

Embora esse balanço já tivesse concluído que o PT poderá realizar convenções regionais, a 16 de agosto, em 12 Estados, a situação vem melhorando sensivelmente, o que nos permite hoje ter uma visão ainda mais realista e otimista sobre a viabilização do nosso Partido.

Devemos registrar que o trabalho permanente dos militantes, nesse último mês, foi fundamental para o avanço obtido.

É o caso, por exemplo, do Estado de São Paulo, onde são necessários 128 diretórios para atender as exigências legais. Além do ABC e da Capital, o PT tem se desenvolvido de modo marcante em Santos, Campinas, Bauru, Lins, Ribeirão Preto, Rio Preto, Piracicaba, São Carlos, Junqueirópolis, etc.

Segundo as últimas informações da Secretaria de Organização de São Paulo, já estão organizadas 194 Comissões Distritais Provisórias em todo o Estado, sendo que destas, 56 são na Capital. Cerca de 111 Distritais já declararam ter condições de legalizar-se com meios próprios, das quais 5 só na Capital. Isso significa que, na Capital, estaremos em melhores condições do que todos os outros partidos, inclusive PDS e PMDB, que conseguiram legalizar, cada um, 45 diretórios.

Em todo o Estado, 14 Municípios ou Distritos já fecharam em cartório o número de filiados exigido por lei: Capela do Socorro, Itaquera, Limão, Cubatão, Pirassununga, São Pedro, Indaiatuba, Cajamar, Jandira, São Caetano, Taboão da Serra, Atibaia, Aguai e Águas de Lindóia. Trinta já fecharam, mas não em cartório.

A previsão é de que, até as convenções municipais, teremos 160 diretórios, 48 a mais do que o necessário, de acordo com as normas do TSE.

Artistas e sindicalistas: companheiros

Dezenas de líderes sindicais, intelectuais e artistas estiveram presentes na Assembléia Legislativa de São Paulo, no último dia 27 de abril, para se filiarem ao Partido dos Trabalhadores, em uma comemoração onde o presidente, Luís Inácio da Silva, apresentou um resumo da situação do partido no País.

Os trabalhos foram conduzidos pela deputada estadual Irma Passoni, secretária-geral da Comissão Diretora Regional Provisória, e contaram com a participação de dirigentes nacionais e estaduais do partido e da bancada parlamentar de São Paulo.

Foram à Assembléia para aderir ao PT membros de diretorias de sindicatos dos têxteis, engenheiros, metalúrgicos de São José dos Campos, arquitetos, bancários de São Paulo, jornalistas, artistas e diretores de entidades estudantis — DCE da Universidade de São Paulo e União Estadual dos Estudantes.

No ato, preencheram fichas de filiação, entre outros, Antonio Cândido, Paulo Schilling,

Inácio da Silva Telles, Paul Singer, Marilena Chauí, Eunice Paiva, Nadir Cristina Dórea (mãe Cristina, diretora do Instituto Sedes Sapientiae), Tiago de Melo, Luis Travassos, Davi de Moraes, Bernardo Kucinski, Henfil, Elifas Andreato, Bete Mendes, Renato Borghi, Lelia Abramo, Dulce Muniz, Silvio Zilber, Claudio Mamberti, Ester Góis, Regina Bógus, Flavio Porto, Mario Prata, Leilah Assunção, Sérgio de Sousa Lima, Marta Suplicy, Rose Nogueira, Irede Cardoso, Maria Conceição D'Incao, Zé Rodrix, Gonzaguinha. Embora não tenha se filiado, o jurista Helio Bicudo foi à Assembléia para prestigiar a cerimônia.

Sindicalistas e intelectuais foram recebidos com alegria no Partido dos Trabalhadores. Como disse Lula, no dia da cerimônia: "Todas essas pessoas, a quem estamos acostumados a conhecer como personalidades, passarão de agora em diante a ser para nós também companheiros".

Como se organizam as filiações em São Paulo

A Secretaria de Organização do PT em São Paulo elaborou 10 gráficos que mostram, passo a passo, o "Avanço das Filiações" no Estado. Para consultá-los, basta ir à sala da Secretaria da Assembléia Legislativa, onde eles estão afixados.

Esses gráficos dividem o Estado em 19 regiões e listam os 194 Municípios do Interior e Distritos da Capital onde já foram organizadas comissões provisórias. Em seguida, são anotados os números mínimos de filiação exigidos por lei e, a cada dez dias, são registrados os números de fichas de filiados já entregues aos cartórios eleitorais.

O PT de São Paulo já superou em 84 o número mínimo de comissões provisórias — a lei exige

128. — e já havia encaminhado mais de 31 mil filiações ao cartório até o fechamento deste boletim, devendo enviar outras 6 mil fichas nos próximos dias. Com isso, ficam faltando cerca de 13 mil filiações para que o Partido seja legalizado em S. Paulo.

A Secretaria de Organização divulgou comunicado a todas as comissões provisórias recomendando urgência no envio das fichas de filiação aos respectivos Juízes Eleitorais. Para ajudá-la nos trabalhos de organização das filiações, a Secretaria conta com cerca de 30 voluntários trabalhando diariamente, além de plantões diários na Assembléia Legislativa e na sede do partido, onde militantes treinados estão à

disposição para esclarecer, mesmo por telefone, dúvidas sobre exigências legais, garantir a distribuição de fichas de filiação e manter contato com as comissões provisórias, atualizando dados e transmitindo comunicados.

Com o apoio dos voluntários, a Secretaria de Organização definiu dois responsáveis — um deles, membro da direção estadual — no controle do processo de legalização em cada uma das 19 regiões em que foi dividido o Estado. O grupo trabalha de forma integrada e mantém uma reunião semanal com as comissões provisórias.

Nessas reuniões, o grupo discute e procura solucionar as dúvidas mais comuns dos militan-

tes nas filiações, além de trocar experiências e idéias sobre as iniciativas mais eficazes para acelerar o processo.

Os Núcleos de Base têm se empenhado na filiação propriamente dita, através de mutirões em feiras, pesquisas de opção partidária nos bairros, bancas de distribuição de material do PT, recolhimento de endereços dos simpatizantes para contato posterior, visitas a domicílio, etc.

No ABC, diversos núcleos fizeram filiações massivas, conciliando comícios e mutirões nos bairros, onde são estabelecidos os primeiros contatos com simpatizantes ainda não filiados ou desinformados sobre a existência de núcleos em seu bairro.

Agora, na reta final, com a aproximação das convenções — municipais, dia 21 de junho, regionais, dia 16 de agosto, e nacional, 6 de setembro — estão sendo redobrados os esforços. A Secretaria de Organização preparou mutirões-comícios e viagens de dirigentes, sindicalistas e deputados. Também instalou bancas permanentes de filiação nas universidades; as caravanas ao Interior prosseguem, sobretudo aos locais onde há maior dificuldade de filiação.

A Secretaria também desloca pessoas de áreas já completas para auxiliar nas atividades das comissões que vêm encontrando maiores dificuldades nas filiações.

EXPEDIENTE Boletim Nacional do PT

Órgão oficial da Comissão Diretora Nacional Provisória do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).
Diretor responsável: JACÓ BITTAR.

Secretário Geral Nacional do PT.
Editor responsável: Perseu Abramo (jornalista registrado nº 5436) ESP, matrícula sindical nº 1085). Coordenador da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do PT.

Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 — Tel.: (011) 37-3595. — CEP 01318 — São Paulo — SP.

Cada exemplar deve ser entregue mediante a contribuição mínima de Cr\$ 5,00

(cinco cruzeiros); em casos excepcionais a esse mínimo podem ser acrescidas taxas adicionais correspondentes a despesas com remessa ou transporte. As contribuições recolhidas devem ser remetidas pelas Comissões Diretas Regionais Provisórias

à Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda — Boletim Nacional do PT.

Impressão:
Cia. Editora Jorruês.
R. Gastão da Cunha, 49
Tel.: 531-8900 — SP.

Olho na folhinha: Convenção vem aí

O trabalho para a realização das convenções do PT encontra-se na reta final. Para facilitar a concretização das últimas providências por parte das direções provisórias, a Secretaria Nacional de Organização do partido está divulgando calendário com os prazos oficiais estipulados de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

DIA 6 DE JUNHO

Prazo final para o deferimento de filiação partidária para as Convenções Municipais.

O deferimento da filiação partidária é da competência do partido, ou seja, da Comissão Diretora Municipal Provisória. A Justiça Eleitoral — os Cartórios eleitorais — apenas confere as fichas e as devolve ao partido no caso de incorreções.

DIA 9 DE JUNHO

Último dia para a entrega, à Justiça Eleitoral, das fichas de filiação partidária, deferidas pela Comissão Diretora Municipal Provisória, para as Convenções Municipais.

As fichas devem ser enviadas ao Cartório Eleitoral acompanhadas de uma relação, em duas vias, dos nomes dos filiados e dos números dos títulos de eleitor, além de um requerimento conforme o modelo anexo nº 7 do Manual de Construção dos Diretórios. O Cartório Eleitoral, após conferir e autenticar as fichas, arquivará a primeira via e devolverá, no prazo de dois dias, a segunda ao partido e a terceira via ao filiado.

DIA 11 DE JUNHO

Data final para requerer o registro de chapa completa de candidatos e suplentes ao Diretório Municipal, bem como de delegados e suplentes à Convenção Regional.

Esse também é o último dia para os juizes eleitorais comunicarem ao partido o número de filiados em cada Município e enviarem, por telex, telegrama ou radiograma essa mesma informação ao Tribunal Regional Eleitoral.

Para que essa exigência seja cumprida sem problemas, a Secretaria de Organização sugere às Comissões Provisórias o encaminhamento das fichas aos cartórios eleitorais o quanto antes, pois os prazos estabelecidos pelo TSE obrigam os cartórios eleitorais a um trabalho muito difícil. Por isso, embora a lei permita a apresentação das fichas até o dia 9 de junho, consideramos que seria conveniente evitar atropelos aos funcionários dos cartórios, entregando-as até o dia 7 de junho.

DIA 13 DE JUNHO

Último dia para que as Comissões Municipais Provisórias comuniquem ao Juiz Eleitoral local o lugar onde será realizada a Convenção Municipal, para efeito de designação dos observadores eleitorais. É também o último prazo para publicação na imprensa do Município — ou, na sua falta, para afixação no Cartório Eleitoral — de edital convocando a Convenção Municipal.

Este também é o último dia para notificação pessoal, se possível, dos filiados que tenham direito a voto na Convenção Municipal.

DIA 15 DE JUNHO

Data final para contestação de impugnação de registro de candidatos.

DIA 18 DE JUNHO

Último prazo para o Tribunal Regional Eleitoral publicar a relação dos Municípios sob sua jurisdição e o número dos respectivos filiados que se encontram habilitados a participar das Convenções Municipais.

Esse é ainda o último dia para que a Comissão Diretora Municipal Provisória decida sobre os pedidos de registro de candidatos.

DIA 21 DE JUNHO

Convenção Municipal, com início previsto legalmente às 9 horas.

DIA 26 DE JUNHO

Cinco dias após a Convenção Municipal, essa é a data limite para a eleição, pelo Diretório, da Comissão Executiva Municipal e suplentes.

É hora de inventar um símbolo único

Lançado concurso para logotipo e bandeira do Partido

Diversas entidades têm seus logotipos e bandeiras; o João Ferrador é o símbolo dos Metalúrgicos de São Bernardo, a bandeira azul com o mapa do Brasil escrito UNE é a bandeira da entidade nacional dos estudantes.

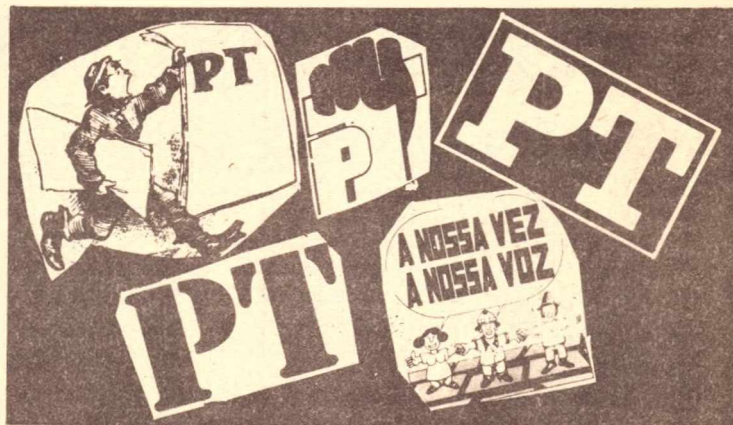
E o PT na reta final da luta pelo registro definitivo, necessita de algo que o identifique.

Núcleos de diversos lugares do país já criaram vários logotipos e bandeiras. No entanto, por não serem conhecidos e reconhecidos por todo o partido, nenhum é a bandeira do PT, o logotipo do PT. Nenhum deles é aquele símbolo, aquela bandeira que vistos em qualquer lugar do país seria reconhecido por todos como algo que representa o PT, seu programa, suas propostas, sua vocação de Partido dos Trabalhadores.

E o PT nasceu justamente com um sentido unificador, nasceu da necessidade de se criar um instrumento político através do qual os trabalhadores possam fazer valer seus interesses do presente e do futuro de forma autônoma, independente e unitária.

O PT, por todas estas razões, nasceu também para ser um partido amplo, aberto, democrático e de massas.

Para exprimir este sentido unificador e para marcar a sua vocação de ser aberto, amplo e democrático, foi lançado no dia



Da criatividade de todos vai nascer o símbolo do PT

27 de abril o concurso para Logotipo e Bandeira do PT.

O desafio está lançado: o tempo é curto, o prazo só vai até 27 de julho, agora é botar a mão na massa e a criatividade para funcionar.

COMO PARTICIPAR

O concurso é aberto, podendo concorrer qualquer pessoa ou grupo de pessoas interessadas, militantes ou não do PT.

Cada participante deverá apresentar o seu projeto em dois envelopes, um maior e um menor. No menor, lacrado e fechado, deverá ter o nome completo, idade, profissão e endereço. Esse envelope deverá estar no interior do outro. No envelope maior, também lacrado e fechado, deverá estar o projeto. O envelope

maior deverá trazer do lado de fora as seguintes informações: A Comissão Organizadora do Concurso Logotipo e Bandeira do PT, Comissão Diretora Nacional Provisória do PT, o pseudônimo do Autor, Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, CEP 01318 — Bela Vista, São Paulo — SP.

Os projetos — de logotipo e bandeira ou dos dois — devem ser apresentados em prancha no formato 42cm x 52 cm e podem utilizar no máximo três cores. Os logotipos têm que, necessariamente, basear-se na sigla PT.

O julgamento será feito por uma comissão designada pela comissão Diretora Nacional, tendo como critérios a consonância com as propostas fundamentais do PT, qualidade artística, apelo popular e fácil assimilação.

APOIO INTERNACIONAL

Contactos em organização

O Partido dos Trabalhadores está organizando um setor para cuidar de forma mais estruturada de suas relações com personalidades, partidos, sindicatos e entidades de outros países. Este novo órgão — Secretaria de Relações Internacionais — estará vinculado diretamente à Secretaria Geral Nacional do PT e sua organização vem sendo coordenada por José Álvaro Moisés.

A importância das relações internacionais para nosso Partido ficou patente quando da viagem de Lula, Jacó Bittar, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, a vários países europeus e aos Estados Unidos. Nestes países, a comitiva manteve contatos com importantes partidos como, por exemplo, o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), além de várias das mais importantes centrais sindicais do mundo.

Segundo José Álvaro Moisés, “para o PT, cujo principal objetivo é organizar os trabalhadores dentro do país, a criação de um esquema de relações e contatos externos só se justifica na medida em que serve de apoio para reforçar a linha de atuação do Partido”.

“Como o PT não tem filiação a nenhuma das Internacionais que se organizam em escala mundial — explica Moisés — a linha de seus contatos deve ser dirigida a todas aquelas forças operárias e democráticas que se mostrem dispostas a jogar um papel de efetiva solidariedade com a luta dos trabalhadores e de apoio concreto e não apenas retórico à luta pela democracia do País”.

LINHAS DE AÇÃO

Decidida pela Comissão Nacional Provisória do Partido a criação desse novo organismo interno, a Secretaria se prepara agora para desenvolver três linhas de ação. A primeira delas será divulgar e informar todas as forças democráticas e que tenham um efetivo compromisso com a luta dos trabalhadores sobre a existência do PT, suas origens e o papel que ele começa a ocupar na política brasileira.

A segunda linha de ação será responder à demanda, já existente, de contatos com forças sociais e políticas de outros países. “Há um número enorme de políticos e de partidos das mais diferentes orientações que buscam se aproximar do PT. Estão sendo estabelecidos critérios para definir as

prioridades nessas relações”, acrescenta A. Moisés.

Em terceiro lugar, a Secretaria pretende também preparar subsídios para a tomada de decisões da Comissão Nacional do PT em relação a certos aspectos da política internacional que exigem um pronunciamento do Partido, como, por exemplo, a luta do povo salvadoreño, a situação da Polônia, etc.

JULGAMENTO

A Secretaria enviou recentemente cópias da sentença e do recurso dos advogados com relação ao julgamento dos sindicalistas — vários deles membros do PT — na 2ª Auditoria Militar de São Paulo a todas as organizações de direitos humanos, partidos políticos e sindicatos estrangeiros que manifestaram solidariedade para com os companheiros enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Além disso, enviou também telex informando como estas organizações, partidos e sindicatos devem agir para obter licença para entrar no Brasil na qualidade de observadores internacionais para acompanharem o novo julgamento no Superior Tribunal Militar.

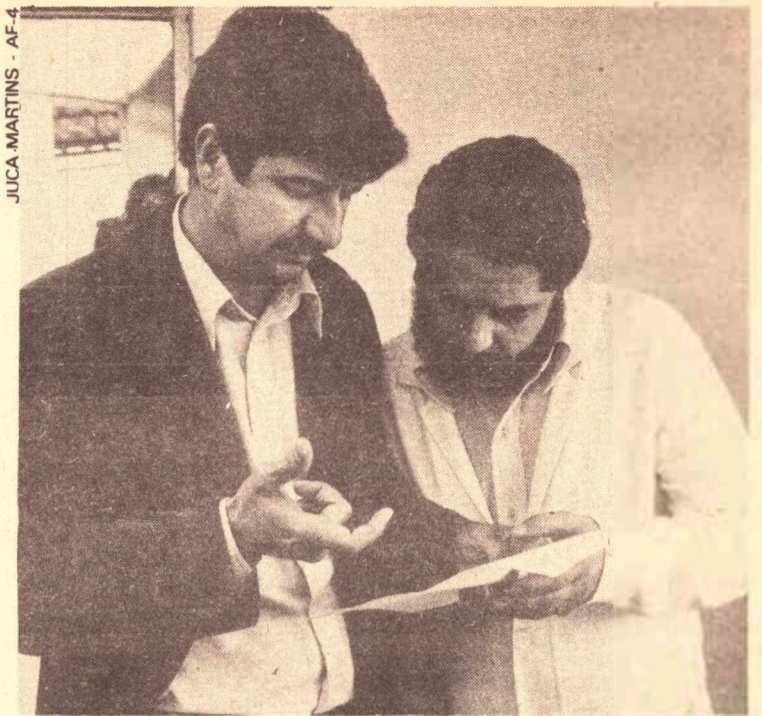
Organizar o PT ainda é a melhor das respostas

O Partido dos Trabalhadores está quase pronto para obter seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral. A receptividade que o programa político do PT vem tendo entre os trabalhadores — refletida na filiação massiva ocorrida nos últimos meses — é a melhor resposta às tentativas do Governo de inviabilizar o partido através do enquadramento de suas lideranças na Lei de Segurança Nacional.

Entre dezenas de processos com base na LSN contra os trabalhadores e estudantes, mais cinco

sindicalistas — entre eles Lula e Jacó Bittar — foram interrogados no último dia 9 de abril na Auditoria Militar do Amazonas. Eles foram enquadrados na LSN por discursos que pronunciaram no Acre em julho do ano passado.

Em outra investida do Governo contra o PT, um dos procuradores do Superior Tribunal Militar opinou pela legalidade do julgamento condenando 11 metalúrgicos do ABC.



Jacó Bittar e Lula são dois, entre muitos, processados pela LSN

O processo do ABC

O julgamento do processo do ABC no Superior Tribunal Militar poderá ocorrer ainda neste semestre. No início de abril os advogados de Lula e dos demais sindicalistas entraram no STM com apelação da sentença proferida pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo em 25 de fevereiro. Nessa apelação, os advogados pedem anulação da sentença e absolvição dos acusados, mas o procurador do STM, Gilson Gonçalves, negou os pedidos.

O principal argumento da defesa é que o julgamento realizado dia 25 de fevereiro último pela 2ª Auditoria é nulo por uma série de irregularidades que cercaram o processo, ferindo os princípios de Justiça. Os advogados dizem que a sessão não foi amparada na lei, pois foi prejudicada por severas medidas de segurança e intimidação, cerceamento da defesa e ausência de publicidade.

Os advogados dos metalúrgicos — Luis Eduardo Greenhalgh, Airton Soares, Idibal Piveta, Paulo Gerab e Iberê Bandeira de Mello — afirmam ainda que a Justiça Militar é incompetente para julgar o processo, pela ausência de fatos concretos que justifiquem o enquadramento dos acusados na Lei de Segurança Nacional. Eles pedem a absolvição dos sindicalistas "por absoluta insuficiência de provas".

O PROCESSO

Treze líderes e operários metalúrgicos foram acusados de infringir a LSN pela participação na greve do ABC, ocorrida entre 1º de abril e 11 de maio de 1980. À exceção de José Cicote e José Timóteo da Silva, de Santo André, foram condenados pela 2ª Auditoria: Luiz Inácio da Silva, Djalma de Sousa Bom, Osmar Santos de Mendonça, Wagner Lino Alves, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia de Menezes, Enilson Simões de Moura, José Maria de Almeida e Rubens Teodoro de Arruda. Eles foram enquadrados nos artigos 36 e 42 da LSN, que se referem à "desobediência coletiva às leis" e à "propaganda subversiva".

Antes mesmo do início da greve, porém, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, já ameaçava os trabalhadores do ABC, dizendo que a paralisação do trabalho provocaria desemprego e intervenção nos sindicatos.

Os sindicalistas foram presos a 19 de abril de 1980. As prisões foram marcadas por violência, ao mesmo tempo em que advogados e representantes da sociedade civil eram seqüestrados e deixados no DEOPS, em circunstâncias até hoje não esclarecidas pelas autoridades.

Presos, os sindicalistas foram indiciados em inquérito, acusados de crime contra a segurança nacional e liberados no dia 20 de maio. No dia 1º de julho, o procurador da Justiça Militar em São Paulo encaminhou denúncia formal ao juiz-auditor, que a aceitou e passou a instruir o processo. Desde o início do inquérito ficou evidente a ausência de provas contra os metalúrgicos, segundo expõem os advogados de defesa na apelação ao STM. Além disso, nenhuma testemunha, seja de acusação ou de defesa, durante a fase de depoimento da 2ª Auditoria Militar, disse ter visto qualquer acusado incitar à greve, participar de piquetes ou praticar violências de qualquer tipo.

JULGAMENTO NULO

A 2ª Auditoria inicialmente marcou o julgamento para o dia 19 de fevereiro último, mas depois marcou nova data pelo fato de os dois advogados não terem sido intimados. Fixada para o dia 25, a sessão foi precedida por uma série de irregularidades.

Os advogados e os acusados, amparados em lei, decidiram não comparecer à sessão. Receberam manifestações de solidariedade do presidente da OAB, Seabra Fagundes, da Associação dos Advogados de São Paulo e da seção paulista da OAB. Como demonstra a defesa da apelação ao STM, uma das maiores irregularidades foi a existência de pré-julgamento por parte do juiz-auditor, Nelson Guimarães, que declarou publicamente já estar com a "convicção firmada" e que a sentença "independia do que dissessem a defesa e a acusação".

Com tudo isso — pré-julgamento, ausência de publicidade, cerceamento da defesa, etc. — os advogados usaram a faculdade de ausentar-se da sessão e passaram a pedir a anulação da sentença.

RAZÕES POLÍTICAS

O Partido dos Trabalhadores denunciou em nota oficial, após o julgamento à revelia, as verdadeiras razões — políticas — da condenação dos líderes metalúrgicos e de seu presidente nacional, Luiz Inácio da Silva. E afirmou que "a melhor resposta às ameaças e violências continua ser a organização dos trabalhadores, sua mobilização e arrematamento, a unidade de ação de todas as forças em torno da luta contra a política econômica em curso e por uma democracia vinculada aos interesses populares".

O processo do Acre

A Auditoria Militar do Amazonas interrogou no dia 9 de abril, em Manaus, os cinco sindicalistas — entre eles, o presidente e o secretário do PT, Luiz Inácio da Silva e Jacó Bittar — enquadrados na Lei de Segurança Nacional em razão de um comício feito em Brasília, no Acre, em 27 de julho do ano passado, às vésperas da morte do capataz Nilo Sérgio de Oliveira.

Os sindicalistas são acusados de terem, no comício, incitado os trabalhadores a se vingarem dos patrões pelo assassinato do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília e presidente da Comissão Provisória Municipal do PT nessa cidade, Wilson Souza Pinheiro, ocorrido na noite de 21 de julho de 1980.

Mas os argumentos apresentados pelo procurador Olímpio da Silva Pereira Júnior da Auditoria Militar não chegaram a convencer os cinco juizes que, por unanimidade, negaram o pedido de prisão preventiva contra os sindicalistas, feito de surpresa, à última hora. Diante da negativa do Conselho da 12ª Auditoria Militar, o procurador Olímpio Ferreira entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Militar.

A HISTÓRIA

No dia 21 de junho de 1980, por volta de 20h30, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília e presidente da Comissão Municipal do PT nessa cidade, Wilson de Souza Pinheiro, é assassinado pelas costas, quando se encontrava reunido com outros trabalhadores na sede do sindicato.

A Contag, através de seu presidente no Acre, José Francisco da Silva, pediu imediatas providências às autoridades para descobrir os autores do crime.

Enquanto isso, o secretário da Prefeitura de Xapuri, Guilherme Lopes — hoje arrolado como uma das testemunhas da acusação no processo contra os sindicalistas — afirmava, segundo se diz no local, que os conflitos de terra no Acre só seriam solucionados "com a morte dos líderes rurais". E o presidente da Federação de Agricultura do Estado, Francisco Diógenes de Araújo — representante da Volkswagen no Estado e atualmente cursando a Escola Superior de Guerra — dizia que a morte de Wilson era "rixa interna e não questão de terras". Araújo é o responsável pelo pedido de indiciamento dos sindicalistas na LSN e por um documento onde acusa a Prelazia do Acre e Purus, a Contag e o próprio Governo estadual de conduzir o Estado a "uma autêntica revolta social".

Na noite de 27 de julho — aproveitando a presença em Rio Branco de dezenas de líderes rurais e sindicais e de Lula e Bittar para o lançamento do PT no Estado — foi marcado ato de protesto contra a morte de Wilson, diante da sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília. Mais de 4 mil trabalhadores de todo Acre e Estados vizinhos participaram do ato, denunciando as ameaças, perseguições e atentados que vêm sofrendo.

Na madrugada do dia 28 de julho, o capataz de fazenda Nilo Sérgio de Oliveira, conhecido por seus conflitos com os trabalhadores rurais, é morto na estrada Assis Brasil-Brasília.

Logo após a morte de Nilo, a polícia começa a fazer prisões em massa e interrogatórios a qualquer pessoa que chegue a Brasília, gerando um clima de pânico entre a população. Só nas delegacias de Brasília e Assis Brasil, 15 trabalhadores são encarcerados. Correm as notícias de que líderes rurais estão sendo torturados e, diante disso, muitos trabalhadores passam a se entregar à polícia, assumindo coletivamente a responsabilidade pela morte de Nilo.

No dia 31 de julho, o presidente da Federação de Agricultura do Acre, Francisco Deógenes de Araújo, entra com uma representação na Polícia Federal pedindo a abertura de inquérito e o indiciamento na Lei de Segurança Nacional, de Luiz Inácio da Silva (presidente do PT), Jacó Bittar (secretário do PT), José Francisco da Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - no Acre), Francisco Alves Mendes Filho (vereador no município de Xapuri e presidente da Executiva Regional do PT), e João Maia da Silva Filho (delegado da Contag em Brasília). Eles foram acusados por "incitamento à luta armada", "apologia da vingança", quando discursaram no ato público de protesto contra a morte de Wilson de Souza Pinheiro, e incitamento à "luta pela violência entre as classes sociais".

A petição foi aceita pela Polícia Federal no dia 5 de agosto. Lula, Bittar e José Francisco da Silva foram enquadrados no artigo 36, incisos 2º e 4º, parágrafo único, da LSN, que prevê penas de 8 a 30 anos de prisão. Francisco Alves e João Maia foram enquadrados no artigo 36, mas apenas no inciso 4º e parágrafo único.

Até hoje, a morte do líder sindical Wilson Souza Pinheiro não foi esclarecida.